

A RELAÇÃO ENTRE BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA: ELEMENTOS PARA ANALISAR A ATUALIDADE BRASILEIRA³

BRUNA DOS SANTOS LEITE¹;
SÔNIA MARIA SCHIO²

¹Doutoranda do PPG Filosofia. Universidade Federal de Pelotas – brunaleite.filosofia@gmail.com

²Orientadora. Universidade Federal de Pelotas – soniaschio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

De acordo com filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), “biopoder” significa “o poder exercido sobre a vida” (FOUCAULT, 2010, 2013), em que a vida é dominada e controlada tanto no nível biológico quanto no da existência. O domínio da vida enquanto existência está relaciona às formas como os indivíduos elaboram suas próprias subjetividades, isto é, às maneiras como são constituídas as identidades e as individualidades, na tripla relação (1) de si consigo mesmo, (2) de si com os outros e (3) de si com o mundo (sociedade/meio ambiente/ethos). No curso *Em Defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 2010) e no livro *História da Sexualidade I* (FOUCAULT, 2013) apresenta as características do poder soberano, enfatizando que o principal domínio do soberano seria o de *fazer morrer ou deixar viver*. Contudo, ele argumenta que na Modernidade (séc. XVIII-XX) se iniciou uma outra configuração do poder, o biopoder, em que é modificada a relação entre vida e morte: no biopoder, trata-se de *fazer viver e evitar o morrer*. A vida é compreendida em um sentido “positivo” e, com isso Foucault quer dizer “produtivo”. Ou seja, a vida deve ser estimulada, fomentada e estendida para que o corpo seja mais produtivo e eficiente. O corpo converte-se na materialidade da vida, que está a serviço do capitalismo e da industrialização. Isso porque, esse domínio do corpo e da vida pelo biopoder ocorre na Modernidade, período de expansão industrial e de consolidação do capitalismo na Europa. A partir da noção de biopoder, Foucault desenvolve a noção de “biopolítica”, que expressa a forma contemporânea de domínio do poder estatal sobre uma população, isto é, ela se refere às políticas de governo que visam ao controle da população, por meio da condução do comportamento dos indivíduos. O Estado e as instituições de governo utilizam os saberes que são produzidos sobre o corpo para elaborar os dispositivos de controle da vida. Desse modo, a vida se configura como o instrumento central daqueles que governam. Na perspectiva de Foucault (2010), os dispositivos biopolíticos foram desenvolvidos visando à gestão das pessoas em conjunto, por isso fixaram-se nos fenômenos da natalidade e da mortalidade, da higiene pública, utilizando-se de dados estatísticos e cálculos matemáticos probabilísticos para administrar as práticas sociais. De acordo com o autor, as biopolíticas desenvolvidas na Europa tinham um papel ambíguo: por um lado, visavam estimular e proteger a vida, mas, por outro, apenas conseguiam realizar esse objetivo ao controlar o corpo e o comportamento. Neste sentido, a vida adquiriu um valor instrumental: somente é interessante protegê-la na medida em que ela é produtiva.

O pensador camaronês Achille Mbembe (1957 –) utiliza como fundamento de seu ensaio sobre Necropolítica a perspectiva foucaultiana acerca do biopoder e da

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001.



biopolítica, promovendo avanços na problematização sobre as relações de poder nos países colonizados. A argumentação apresentada por Mbembe é contundente, reforçando a necessidade de usar o pensamento foucaultiano como uma caixa de ferramentas ou entender os conceitos elaborados por ele como chaves de leitura, ao invés de reproduzir suas afirmações de forma dogmática e inflexível (atitude que iria contra a própria ideia de Foucault sobre sua produção intelectual). Mbembe (2016) mostra que, diferentemente do que aconteceu na Modernidade europeia, durante a colonização (séc. XVI-XX), nos países explorados o poder soberano foi amplamente exercido. O biopoder nos moldes foucaultianos, em que a liberdade figura como condição necessária ao poder (FOUCAULT, 2010), não se desenvolveu nas colônias. A soberania, configurada sob o direito de matar, organizou as relações entre exploradores e escravizados, que continuaram a se reproduzir mesmo após o fim da escravidão e da independência dos povos explorados. O camaronês afirma ainda que o estado de exceção e o estado de sítio são formas contemporâneas de manter as relações de poder sob o alicerce da soberania. A problematização é ampliada por Mbembe com o auxílio o pensamento de Giorgio Agamben (1942 –), a partir da afirmação de que a questão da vida sempre fez parte da política, não sendo uma característica nova trazida pela Modernidade, como afirmou Foucault (2010). Agamben (2007) sustenta que a vida é objeto da política desde as cidades-Estados gregas, onde já se realizava uma distinção entre “nós” e “eles/outros”. Essa distinção serviu também para separar quem podia e quem não podia participar da política. O “nós” era formado pelos cidadãos, ou seja, aqueles que possuíam direitos, enquanto “eles/outros” se referiam aos estrangeiros, os escravos e todos aqueles indivíduos que não eram considerados cidadãos (como os bárbaros, ou aqueles que não falavam grego, que viviam fora das fronteiras).

2. METODOLOGIA

O presente trabalho visa apresentar de modo introdutório a noção de “necropolítica” desenvolvida por Achille Mbembe como ferramenta de análise da atualidade, a partir do método dialético, com o estudo dos conceitos e suas possíveis correlações. O desenvolvimento argumentativo busca observar de que modo a noção de “necropolítica” contribui para análises e reflexões críticas sobre as relações entre política e a administração da vida e da morte na sociedade brasileira contemporânea. Com essa análise exploratória, pretende-se estudar a noção de “necropolítica” enquanto derivação do termo foucaultiano “biopolítica” (políticas públicas que atuam diretamente sobre a vida e comportamento da população), problematizando a formação da sociedade brasileira a partir da colonização e da escravidão como fundamentos do racismo estrutural que observamos na atualidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Modernidade, a noção entre “nós” e “eles/outros” foi ressignificada, incluindo a hierarquização entre os “civilizados” (europeus) e os “primitivos” (povos africanos e ameríndios). Essa distinção serviu também como base moral, política e econômica para as relações com os habitantes das colônias. Se na Europa, os cidadãos eram regidos e protegidos por leis, normas e biopolíticas que visavam promover a vida, ainda que para isso fosse preciso controlá-la; nas colônias o poder soberano ditava as regras. Nesse contexto, Mbembe indica que o direito do



soberano de fazer morrer somado ao estado de exceção, no qual os indivíduos vivem sob permanente estado de guerra, produziu a noção de que a existência do outro pode colocar a “minha” vida em risco. Isso intensificou as tensas relações entre soberanos e os colonizados, pois nesse contexto, matar o inimigo gera segurança para da vida que se entende como mais importante (ou superior).

A tensão entre “nós” e “eles/outros” tem se acentuado em diversos países de um modo global. Isso porque as sociedades ainda operam desse modo que coloca “nós-outros” em oposição existencial. Dito de outra forma, as sociedades contemporâneas, como o Brasil, por exemplo, ainda funcionam a partir da noção de política como palco de lutas e disputas entre indivíduos antagônicos. O que Mbembe tenta mostrar é que essa “lógica” não basta para explicar como, de fato, funcionam as relações políticas em países que foram colonizados. A formação de povo e de sociedade de um país colonizado passa por diversos atravessamentos, guerras internas, lutas e disputas por liberdade, igualdade, direitos e reconhecimento. Além disso, a exploração dos recursos naturais e o tráfico de escravos criou hierarquizações, separações e classificações que perduram até a atualidade. Com o fim da escravização, as sociedades se estabeleceram com base nas distinções já existentes no período de colonização. Com isso, uma imensa população pobre e marginalizada se formou, modificando a implementação das biopolíticas, quando comparado às sociedades europeias.

Mbembe (2016) elabora a noção de “necropoder”, ao invés de biopoder, para tratar da formação de um poder a partir do “terror”, característica dos estados de sítio e exceção. Além disso, a biopolítica assume a forma de “necropolítica”, que significa “subjugar a vida ao poder da morte” (p. 146). Neste sentido, como prolongamento do poder soberano, a necropolítica está orientada pelo princípio do fazer morrer. Com isso, as ações políticas são elaboradas por meio da avaliação de quais são as vidas devem viver (ou seja, aquelas que possuem importância, estima e valor social/político) e quais são aquelas vidas podem morrer (pois são supérfluas). O autor destaca ainda a contribuição que o poder armamentista oferece: quem possui as armas (seja o Estado e seu exército, sejam as forças paramilitares, as milícias ou os traficantes) tem o controle das vidas e o poder de decisão sobre quem vai morrer. Desse modo, a necropolítica, entendida como “políticas de morte”, pode ser verificada em sociedades que têm a colonização e a escravidão como base de sua formação social, pois as relações de poder, bem como os modos de formação das subjetividades ocorreram de maneiras muito distintas da europeia. Como consequência, ocorreu a “favelização” dos descendentes de escravos e a formação de uma população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de marginalização e de desamparo. Grande parte dessas sociedades apresentam entraves para o desenvolvimento econômico e social, somado aos índices alarmantes de violência e criminalidade (LIMA, 2018).

O racismo, apontado por Foucault (2010), continua sendo o elemento central para a formação das biopolíticas, considerando que o biopoder opera com base na separação entre grupos humanos, nos quais um grupo deve viver e o outro deve morrer. Para ele, o Regime Nazista (1933-1945) foi a expressão máxima de uma biopolítica da raça. Entretanto, Mbembe adverte que a necropolítica acentua o racismo com os povos colonizados: enquanto o racismo Nazista baseava-se na questão judaica, precisando de elementos subjetivos para identificá-lo; o racismo decorrente da colonização está fundamentado na materialidade da cor da pele – a pele negra. Em outros termos, enquanto um judeu compartilha da mesma cor da pele que um nazista, sendo necessárias outras características para identificá-lo, como sobrenome por exemplo, podendo se esconder na multidão disforme, um



negro não consegue esconder a cor da pele, configurando um racismo direto e objetivo. A materialidade do corpo é um dos elementos centrais no desenvolvimento da biopolítica. Por consequência, o domínio do corpo também passa pela necropolítica, momento em que é marcado pela exploração e pelo controle, sem a contrapartida da promoção da vida. O corpo do escravo reconfigurou-se no corpo pobre, negro e favelado, na maioria das vezes.

4. CONCLUSÕES

O estudo aqui realizado tem ainda um caráter introdutório, visando examinar os principais argumentos e conceitos relacionados no pensamento de Mbembe sobre a necropolítica. Pode-se identificar preliminarmente que o racismo com base na cor da pele é uma das principais características da herança colonial na sociedade brasileira. A cor tornou-se um dos marcadores socioeconômicos mais efetivos quando se analisa a conjuntura história sob o viés da necropolítica. Além disso, a formação familiar heteronormativa e patriarcal, a corrupção política, a instabilidade econômica e os crescentes níveis de desigualdade social e de violência são elementos importantes para se considerar nesses estudos (LIMA, 2018). É importante salientar também a prestabilidade da noção de necropolítica, principalmente na situação pandêmica que se vivencia atualmente no Brasil (2020-2021). O descaso com a vida humana, ilustrado por caminhões carregados de corpos sem vida, valas para enterrar os mortos, negacionismo, boicotes às medidas de distanciamento social, bem como a falta de equipamentos, medicações, insumos hospitalares e cilindros de oxigênio evidenciam como a necropolítica opera: a administração da morte para que a “máquina econômica” nunca “durma”. Estudos sobre essa temática estão sendo realizados em diversos países africanos e da América Latina, contribuindo para uma melhor compreensão de como ocorrem as relações entre indivíduos e governos na atualidade. O desafio cotidiano das práticas sociais consiste em diminuir as tensões já demarcadas pelas desigualdades e não reproduzir atitudes racistas, por meio de posicionamentos antirracistas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- DE MELO PESSANHA, E. A.; DO NASCIMENTO, W. F. *Necropolítica: Estratégias de extermínio do corpo negro*. *Odeere*, v. 3, n. 6, p. 149-176, 2018.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 2^a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 23^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.
- HILÁRIO, L. C. *Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo*. *Psicologia*, v. 26, n. 3, p. 877-900, 2014.
- LIMA, F. *Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. *Revista Arte e Ensaios*, n. 32, dez/2016, p. 123-151.
- NEGRIS, A. *Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder*. *Itaca*, n. 36, p. 79-102, 2020.